

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CAMPUS SERTÃO – UNIDADE SANTANA DO IPANEMA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

EGLADJANE GADÍ DOS SANTOS

Análise do APL Mel do Sertão e seu impacto na região do Sertão

Santana do Ipanema

2017

EGLADJANE GADÍ DOS SANTOS

Análise do APL Mel do Sertão e seu impacto na região do Sertão

Monografia apresentada como um dos requisitos para obtenção de título de bacharel em Ciências econômicas pela Universidade Federal de Alagoas.

Orientador: Prof. MSc. José Francisco Oliveira de Amorim

Santana do Ipanema

2017

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Unidade Santana do Ipanema
Bibliotecária Responsável: Rafaela Lima de Araújo – CRB 2058

S237a Santos, Egladjane Gadí dos.
Análise do APL Mel do Sertão e seu impacto na região do Sertão / Santana do Ipanema / Egladjane Gladí dos Santos.
54f.
Orientador: José Francisco de Oliveira Amorim.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas), Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de Ciências econômicas, 2017.
Bibliografia: f. 52 - 54.
1. Arranjo produtivo local. 2. Desenvolvimento local. 4. Produção de mel. 5. Alagoas. I. Título.

CDU: 33

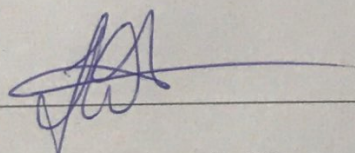
Folha de Aprovação

EGLADJANE GADÍ DOS SANTOS

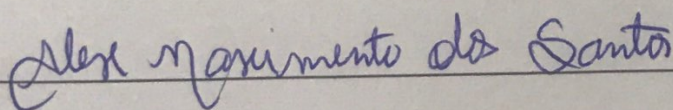
Análise do APL Mel do Sertão, e seu impacto na região do sertão.

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas como um dos requisitos para obtenção de título de bacharel em Ciências econômicas pela Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 30 de Março de 2017.

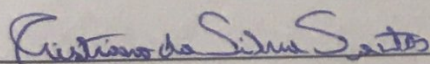
Banca examinadora:



Prof. MSc. José Francisco de Oliveira Amorim, UFAL. (Orientador)



Prof. MSc. Alex do Nascimento Santos, UFAL. (Examinador 1)



Prof. MSc. Cristiano da Silva Santos, UFAL. (Examinador 2)

Agradeço à Deus, minha mãe e meus amigos que me ajudaram a chegar até aqui.

Agradecimentos

Agradecer primeiramente a Deus, que sempre me deu forças para não desistir diante dos obstáculos. Agradecer a minha família, em especial a minha mãe que do jeito dela sempre me ajudou a continuar lutando pelos meus ideais.

Ao Professor Msc. José Francisco, que sem sua contribuição não conseguiria concluir essa fase tão importante na minha vida acadêmica. Obrigada por toda dedicação e comprometimento.

Agradeço imensamente aos meus amigos que sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos ao longo do curso, sejam eles bons ou ruins. Meu querido Rodolfo Villar, que nunca mediu esforços para me ajudar sempre que precisei, a minha Querida Elisângela Nunes, que tenho como uma irmã na minha vida, e nossa amizade será eterna graças à academia. Agradeço a Rayane, Danessa e Bianca por todas as noites que passamos em claro estudando e nos dando forças, e por todas as vezes que me acolheram em suas casas. Ao meu amigo Yugo, que sempre me acolheu de braços abertos com um sorriso e um coração que não cabe no peito. Cada um de vocês tem um espaço muito importante na minha vida.

Agradeço de modo geral a todos da minha turma 2011.01, que vai continuar sendo a melhor turma que já existiu na UFAL. A todos os docentes que contribuíram para minha formação acadêmica, aos técnicos e servidores os quais sempre tive uma relação de carinho e amizade. E a todas as pessoas que de forma direta ou indireta me ajudaram a chegar até aqui.

“A maior recompensa para o trabalho do homem não é o que ele ganha com isso, é o que ele se torna com isso”.

Jhon Ruskin

Resumo

Este trabalho analisa os principais impactos provocados com a implantação do “Arranjo Produtivo Local Mel do Sertão”. O estudo baseia-se no enfoque sobre os conceitos de Desenvolvimento Local, Arranjo produtivo Local, a Produção de Mel e sua Importância para o Desenvolvimento, desde o âmbito mundial até chegar na produção regional que é o foco do estudo. Para isso a metodologia utilizada consiste na coleta de dados bibliográficos de estudos recentes de órgãos como IBGE, SEBRAE e CODEVASF para a formação do perfil socioeconômico das cidades que fazem parte do território do APL. Foi ainda aplicado questionário nas Cooperativas pertencentes ao APL e, os resultados demonstram um crescimento considerável da Produção de Mel desde a implantação do Arranjo, no entanto, fatores climáticos, como a falta de chuva, é um dos principais entraves para que o APL continue obtendo sucesso.

Palavras-Chave: Arranjo Produtivo Local, Desenvolvimento Local, Mel do Sertão.

Abstract

This paper analyzes the main impacts caused by the implementation of the “The Productive Arrangement of Honey from the Backwoods of Brazil”. The study is based on the focus on the concepts of Local Development, Local Productive Arrangement, Honey Production and its Importance for Development, from the world-wide to the regional production that is the focus of the study. For this, the methodology used consists of the collection of bibliographic data of recent studies of organs such as IBGE, SEBRAE and CODEVASF for the formation of the socioeconomic profile of the cities that are part of the APL territory. A questionnaire was also applied to Cooperatives belonging to the APL, and the results demonstrate a considerable increase in Honey Production since the implementation of the Arrangement, however, climatic factors, such as the lack of rainfall, is one of the main obstacles for APL to continue obtaining success.

Keywords: Local productive arrangement, Local development, honey from the backwoods.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa da apicultura em Alagoas.....	41
Figura 2	Logomarca do mel do APL de Apicultura no Sertão.....	44

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Produção de Mel nos Estados Brasileiros – 2012.....	37
GRÁFICO 2	A produção de mel no Brasil nos últimos 40 anos	39

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1	Comparativo da Produtividade de Mel (2007)	38
QUADRO 2	Evolução da Produção de Mel do Brasil e em Alagoas	42
TABELA 1	Indicadores dos Municípios	43
TABELA 2	Perfil das Cooperativas (2016).....	46
TABELA 3	Dados Quantitativos das Cooperativas (2016).....	47
TABELA 4	Canais de Comercialização (2016)	47
TABELA 5	Fatores que Diferenciam a Venda dos Produtos (2016)	48
TABELA 6	Realiza Atividades Para Qualificações (2016).....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APIL	Arranjos Produtivos Inovativos Locais
APL	Arranjo Produtivo Local
ANPEGE	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa Geográfica
BB	Banco do Brasil
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBA	Confederação Brasileira de Apicultura
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPEAPIS	Cooperativa de apicultores
COOPMEL	Cooperativa de Mel
COPASIL	Cooperativa dos Criadores dos Pequenos Animais de Santana do Ipanema
IBGE	Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC	Ministério da Indústria e do Comércio
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PAPL	Política de Arranjos produtivos Locais
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das nações Unidas para Desenvolvimento

P&D	Pesquisas e Desenvolvimento
SAPIL	Sistemas de Arranjos Produtivos Inovativos Locais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Metodologia	17
1.1.1	Organização do Estudo.....	18
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.1	O conceito de Desenvolvimento Local	20
2.2	Noções e conceitos de Arranjos Produtivos Locais (APL)	24
2.3	Arranjos Produtivos Inovativos Locais (APIL's)	28
2.4	O Aparato Institucional e o fortalecimento do APL	30
2.5	O Surgimento da Implementação do APL em Alagoas	32
3	PRODUÇÃO DO MEL E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO	35
3.1	Apicultura no mundo	35
3.2	Apicultura no Brasil e Nordeste	35
3.3	Apicultura em Alagoas	41
4	APL MEL DO SERTÃO	43
4.1	Objetivo Geral do APL	45
4.2	Organização do APL	45
4.3	Perfil, Dados Quantitativos e Qualitativos das Cooperativas do APL Mel do Sertão	45
4.4	Outros Fatores (Pontos Positivos e Negativos)	49
5	COSIDERAÇÕES FINAIS	50
	Referências	52

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema principal “A Análise do APL Mel do Sertão e Seu Impacto na Região do Sertão”. Sua escolha se deu principalmente pela importância que o APL tem em dinamizar a economia da região do Sertão, de promover desenvolvimento e competitividade nos doze municípios que fazem parte do território do sertão alagoano. Sendo assim, a importância da criação de um APL implica em mudanças que impactam no desenvolvimento socioeconômico da região.

As ações implantadas em um determinado território podem resultar no desenvolvimento da região, e o APL é apenas uma dessas ações que pode contribuir com esses resultados, que serão o eixo principal desta pesquisa. Objetivando estratégias e resultados efetivos de um Arranjo Produtivo Local de Apicultura no Sertão Alagoano.

O principal objetivo deste estudo é analisar as consequências ocorridas após a implantação do APL Mel do Sertão, principalmente entre os doze municípios dos quais fazem parte do APL de apicultura, é através desta análise que será observada a lógica do setor e quais os atores envolvidos, verificando assim, o setor em seu principal potencial de crescimento, entraves e perspectivas, objetivando proposição de políticas públicas para melhoria na competitividade.

Os objetivos específicos deste estudo é descrever a atividade apícola do estado de Alagoas, mapeando os principais centros de produção. Sendo assim, procurou-se:

- Identificar os municípios envolvidos na atividade apícola;
- Identificar os principais problemas, oportunidades e potencialidades da atividade na região;
- Analisar a produção e sua disparidade após a criação do APL.

Com base nessas intenções, busca-se responder ao seguinte questionamento: Quais os impactos socioeconômicos que o APL Mel do Sertão promove para a região do sertão alagoano?

O Estado de Alagoas, o segundo menor estado da Federação, tem uma população estimada em 3.358.963 de pessoas (IBGE, 2016), onde mais de 60% da população é classificada como pobre, considerando nesta condição as pessoas que vivem com renda *per capita* de até meio salário mínimo, conforme classificação do IBGE. O índice de Gini, que varia de zero a um (quanto mais perto de zero, menos concentrada é a distribuição de renda), no Brasil é de 0,490 enquanto no estado de Alagoas atinge 0,69 de acordo com os Mapas de Indicadores Sociais. (PNUD, 2016).

Constata-se em estudos recentes que 350 mil famílias (metade das famílias de Alagoas) recebem dinheiro do programa Bolsa Família e que essa renda representa 4 (quatro) vezes mais do que a renda do corte de cana-de-açúcar, que é a principal atividade agrícola do estado, para onde são direcionados os maiores esforços de melhoria e apoio financeiro político (CARVALHO, 2008). O cenário do estado por si só, evidencia a necessidade de alternativas no modelo produtivo de Alagoas que possam impulsionar o desenvolvimento, buscando evitar disparidades existentes entre as regiões. Uma dessas atividades pode surgir a partir da apicultura, atividade esta que requer baixo custo de investimento e tem uma rentabilidade significativa a curto e médio prazo.

A importante alternativa do desenvolvimento da atividade apícola vai de encontro aos problemas econômicos e sociais de Alagoas, levando em consideração que a apicultura tem lucros estimáveis, onde as abelhas estão entre os insetos polinizadores mais importantes. Até mesmo muitas das plantas que se cultivam na região, principalmente as frutíferas, precisam de insetos para a polinização, e as abelhas surgem como agente de transformação, daí a importância do inseto. Outros fatores importantes: O econômico, já que a apicultura é a atividade mais lucrativa da agricultura (NETO, 2008), além de ser uma atividade que pode impulsionar a renda dos apicultores iniciais, que porventura podem necessitar de mão de obra, envolvendo demais famílias no processo da atividade apícola.

A indução do crescimento econômico em regiões economicamente deprimidas se dar através da lógica de territórios produtivos e, a promoção do desenvolvimento econômico, a longo prazo. E deve ocorrer pela ação integrada de todos os agentes, buscando novas e melhores formas de competição (SANTOS, 2005). Com isso, podemos evidenciar que a apicultura pode surgir como uma alternativa viável, decorrente do tipo de atividade,

conhecimentos necessários para o desenvolvimento dessa atividade e da configuração socioeconômica, garantindo emprego e renda para os envolvidos.

1.1 Metodologia

Conforme frisado, a proposta deste trabalho é realizar um estudo bibliográfico e de disposição de dados com o intuito de analisar os principais impactos econômicos causados com a implantação do APL Mel do Sertão, principalmente nos municípios de Água Branca, Pariconha, Olho D'água do Casado, Delmiro Gouveia, São José da Tapera, Pão de Açúcar, Palestina, Olho D'Água das Flores, Santana do Ipanema, Poço das Trincheiras, Senador Rui Palmeira e Piranhas. Demonstrando os reais motivos pelos quais a região do sertão usou do APL de apicultura como forma alternativa para diversificação da economia. Para que o estudo aconteça é necessário dividi-lo em três fases, que são: levantamento bibliográfico, pesquisa de campo referente ao objeto de estudo (com aplicação de questionário nas cooperativas pertencentes ao APL) e análise dos dados. A pesquisa foi realizada no período de duas semanas, sendo aplicado o questionário aos responsáveis pelas Cooperativas que compõem o APL.

Classificando o estudo, é possível dizer que sua primeira etapa é considerada mais bibliográfica, já que primeiramente foi necessário fazer uma explanação de determinados conceitos, esses presentes na Fundamentação Teórica, como: analisar o sentido de Desenvolvimento Local e como ele é empregado em determinada região, como se conceitua e pode ser aplicado o termo Arranjo Produtivo Local, como tornar a inovação um fator importante para competitividade dentro de um APL, como fazer de Um Aparato Institucional um mecanismo de fortalecimento para um arranjo e por fim, o surgimento do APL no estado de Alagoas.

A segunda parte deste trabalho é tida como descritiva, uma vez que se pretende analisar o registro de informações coletadas com base em pesquisa de campo e/ou observações. Com isso a finalidade da pesquisa descritiva é observar, registrar e analisar os fenômenos ou sistemas técnicos, sem, contudo, entrar nos méritos do conteúdo (BARROS e LEHFELD, 2007).

O Questionário foi estruturado em três partes conforme descritas abaixo:

- ✓ **Identificação das Cooperativas:** nesta primeira seção busca-se as informações sobre a origem das Cooperativas. Nela também se identifica o perfil dos gestores, buscando saber dados como escolaridade e etc. outro ponto abordado nesta parte é sobre as principais dificuldades na operação das Cooperativas.

- ✓ **Produção, Mercado e Emprego:** O segundo conjunto de perguntas procura ser um raio x das Cooperativas, identificando o principal produto comercializado, a quantidade de pessoas ocupadas, a quantidade de colmeias e a produção de cada Cooperativa.

- ✓ **Estrutura Qualitativa das Cooperativas:** nesta última etapa buscou-se o entendimento de como as Cooperativas se organizam, quais os canais de comercialização, os fatores que diferenciam o produto e se há qualificações para os apicultores envolvidos.

1.1.1 Organização do Estudo

Além deste capítulo introdutório, esse estudo se divide em mais três capítulos e as conclusões finais. No segundo capítulo, faz-se uma revisão literária sobre o que é Desenvolvimento Econômico Local como uma das áreas das Ciências Econômicas, o conceito de Arranjo Produtivo Local (APL), os Arranjos produtivos Inovativos Locais (APIL's), o Aparato institucional como fortalecimento do APL e o Surgimento do APL no Estado de Alagoas.

No terceiro capítulo faz-se necessário uma abordagem sobre a Produção de Mel que vai desde os dados da produção apícola Mundial, trazendo para o âmbito Nacional e na região do Nordeste, até chegar no estado de Alagoas que é o foco desse estudo, onde será apresentado dados dos municípios que fazem parte do território do APL Mel do sertão.

Essa análise é essencial para observar a produtividade da atividade apícola em todos os âmbitos, bem como a importância de se produzir.

No quarto capítulo se apresenta a análise descritiva dos dados coletados, dando foco ao nosso objeto de estudo, o Arranjo Produtivo Local Mel do Sertão. É nesse capítulo que se apresenta a análise dos dados coletados das cooperativas, o perfil de cada uma, os dados qualitativos e quantitativos das três cooperativas que fazem parte do APL. Apresenta-se também os fatores que são considerados pelos atores envolvidos, positivos e negativos. Em seguida se apresenta as conclusões finais do estudo, encerrando assim o estudo econômico que essa monografia pretende apresentar.

O estudo foi direcionado para os agentes, que são as cooperativas. Pois esses agentes possuem as informações sobre os atores envolvidos, a identificação dos apicultores é obtida por meio das cooperativas, sendo assim, a gestão desses agentes ocorre a partir das cooperativas e as cooperativas comandam a gestão do APL.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo iremos discutir com a ajuda de alguns autores, conceitos utilizados sobre o que será explanado posteriormente. O capítulo é composto por quatro subtítulos onde: O primeiro irá tratar de forma explícita sobre os conceitos de Desenvolvimento Local; no segundo subtítulo serão discutidos Noções e conceitos de Arranjos Produtivos Locais (APL's); em seguida será apresentado o terceiro tópico que irá definir conceitos do que são os Arranjos Produtivos Inovativos Locais (APIL's) e o último será apresentado como se deu o Surgimento da Implementação do APL em Alagoas e o desenvolvimento do Programa PAPLS em Alagoas.

2.1 O conceito de Desenvolvimento Local

Na economia local em que nos situamos vemos que o processo de readaptação e de inovação vivem em constante aprimoramento no sistema de globalização. No entanto, os agentes econômicos precisam encontrar meios estratégicos que ajudem a desenvolver suas atividades e a se manterem competitivos no mercado mesmo com todas as mudanças e transformações que ocorrem frequentemente no sistema de produção. Utilizando da Economia, ciência que estuda a escassez dos bens e a alocação adequada dos recursos disponíveis para satisfazer as necessidades dos consumidores, analisaremos o comportamento da atual situação em que o Desenvolvimento, um dos ramos das Ciências Econômicas, emprega no crescimento de determinados setores ou áreas para a melhoria da qualidade de vida de certa população. É importante o estudo da área sobre Desenvolvimento e suas consequências, uma que vez será ela a principal esclarecedora de determinados fenômenos que explicarão o resultado das atividades desempenhadas pela mesma para o crescimento daquilo que se está a explorar como fator de expansão econômica.

Antes de adentrarmos com mais especificidade nos conceitos que serão abordados mais a frente, é necessário um conceito mais amplo do que seja a Economia como um todo. Segundo Samuelson (1975, p. 3) economia “ é o estudo de como os homens e a sociedade decidem, com ou sem a utilização do dinheiro, empregar recursos produtivos escassos, que poderiam ter alocações alternativas, para produzir diversas mercadorias ao longo do tempo e distribuí-las para o consumo, agora e no futuro, entre diversas pessoas e grupos da sociedade”.

Por outro lado, seguindo a definição de Barre (1957, p. 25) para o conceito de economia, destaca-se o seguinte:

“economia é a ciência voltada para a administração dos recursos escassos das sociedades humanas: ela estuda as formas assumidas pelo comportamento humano na disposição onerosa do mundo exterior em decorrência da tensão existente entre os desejos ilimitados e os meios limitados aos agentes da atividade econômica”.

Para esse estudo utilizaremos, como citado acima, o conceito mais abrangente sobre Desenvolvimento Local, uma vez que o mesmo será o precursor da orientação de como o objeto de estudo desse trabalho se comporta para chegar ao auge de seu desenvolvimento e motivador do crescimento econômico da região estudada. Segundo Buarque (2008, p.34), o Desenvolvimento Local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa com a qual interage com influências negativas e positivas. Sachs diz que:

“O empoderamento da sociedade e a abertura de espaços para a democracia direta constituem a chave para as políticas de desenvolvimento, uma vez que é o diálogo que favorecerá para a criação de uma economia mista que funcione com negociações, diálogos e atuação entre os atores do desenvolvimento”. (SACHES, 2004, p. 62).

Visto que, a atividade econômica está relacionada com o Desenvolvimento e Crescimento endógeno e exógeno, é importante saber diferenciar “Desenvolvimento de Crescimento”, para então encontrar meios que possam não apenas crescer um território como também desenvolvê-lo. Para Sachs (2004, p. 13) “O desenvolvimento é distinto do crescimento econômico, ele cumpre esse requisito na medida em que os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material”. O autor evidencia ainda que o crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente para se alcançar a meta de uma vida melhor (Sachs, 2004, p. 13). Já Furtado evidencia ainda que:

“A ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a essa ideia, diz ele, tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência para concentrá-las em objetos abstratos, como são os investimentos, as exportações e o crescimento” (FURTADO, 1974, P. 28).

O Desenvolvimento Local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico, assim como eliminar todas as barreiras existentes, ajudando no crescimento, na produção e comercialização dos seus produtos, estimulando assim a competitividade da economia local. Para Buarque (2002, p. 25) “desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população”.

Por se falar em Desenvolvimento e Dinamismo se faz necessário conceituar o que seja e a importância de competitividade. Segundo Chiochetta (2005) *apud* Lastres e Cassiolatto (2004, p. 49) as formas de competitividade sustentadas e dinâmicas dependem, principalmente, da capacidade de aprendizagem e de criação de competências. Já para Guimarães (2000, p. 58) *apud* Chiochetta (2005), a competitividade é a capacidade que os produtos gerados internamente têm de competir com seus similares produzidos no exterior, tanto no que se refere à importação quanto à exportação, no curto prazo a competitividade se traduz nos preços e nas políticas macroeconômicas, já no médio e longo prazo os produtos são diferenciados pela marca, design e prestígio.

Ainda falando de Desenvolvimento Local, na definição de Buarque (2002, p.26), desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico implicado em uma contínua ampliação da capacidade de absorção da região. Enquanto Bilale afirma que:

“Desenvolvimento Endógeno refere-se ao desenvolvimento que surge a partir de dentro de um território local ou região. Pode ser delimitado geograficamente, politicamente ou culturalmente. São iniciativas do desenvolvimento da região”. (BILALE, 2015, p. 09).

O conceito de desenvolvimento endógeno implica numa contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região. Portanto, para que um determinado território se desenvolva é preciso que haja mudanças internas como, inovações de ideias, inovações tecnológicas, qualificações e informações tácitas que tem um papel primordial para o sucesso inovativo.

O Desenvolvimento depende da capacidade de os atores e a sociedade local se estruturarem e se mobilizarem com base nas suas potencialidades e sua matriz cultural,

conservando sua verdadeira identidade, ou seja, mantendo sua cultura e desenvolvendo suas atividades em cooperação, o que é chamado de ganhos de eficiência, onde os agentes envolvidos não podem atingir individualmente o que atingem coletivamente. É o mesmo que ação conjunta, cooperação ou força coletiva.

No Desenvolvimento Local existem a participação de vários agentes, sejam eles econômicos, políticos ou sociais. O objetivo é tirar proveito da potencialidade do território. Para Cassiolato (2003, p. 25.) Território é uma parte de uma totalidade espacial, onde existem os territórios físicos e organizacionais. Os territórios físicos são a localização de alguma riqueza natural, localização de empresas produtoras especializadas em determinados produtos ou serviços; já os territórios organizacionais se referem ao espaço historicamente vivido e construído pelos atores.

De uma forma geral, desenvolvimento local está associado a reestruturar a produção e melhoraria da competitividade econômica. Então:

“O desenvolvimento local resulta, dessa forma, da interação e sinergia entre qualidade de vida da população local – redução da pobreza, geração de riqueza e distribuição de ativos -, a eficiência econômica com agregação de valor na cadeia produtiva e a gestão pública eficiente”. (BUARQUE, 2002, p. 27).

Para se entender o Desenvolvimento Local é preciso ter uma compreensão de todos os agentes e atores envolvidos e todos os elos existentes na cadeia produtiva. Cadeia produtiva refere-se ao conjunto de etapas na qual passam todos os sistemas de produção, que vai desde o insumo ou planejamento até perpassar pela produção, estratégia e chegar ao consumidor final do determinado bem ou serviço. Para Araújo (2010, p. 13):

“ O mais importante no estudo de uma cadeia é a compreensão das funções e inter-relações entre os diversos segmentos e agentes que a compõe. Entendida assim e compreendido o funcionamento da mesma, há melhor possibilidade de êxito nas ações, atuações e intervenções dos agentes que a compõem e/ou dela participam”.

O entendimento existente dentro dessas cadeias produtivas é muito importante para que haja uma inter-relação entre os agentes e atores participantes, e que elas se relacionem e se integrem antes, durante e após todo o processo de produção.

No próximo tópico trataremos de forma explícita o termo de “Arranjo Produtivo Local” (APL) que está diretamente ligado ao conceito de Desenvolvimento Local e o processo

endógeno de mudança que leva ao dinamismo econômico e social e o aumento da competitividade da produção.

2.2 Noções e conceitos de Arranjos Produtivos Locais (APL)

Estudos mostram que o foco de Desenvolvimento Local hoje é voltado para a implantação dos Sistemas de Arranjos Produtivos Locais (SAPL's). Uma vez que, valoriza-se a cooperação, o aprendizado é coletivo, e a capacidade inovativa das empresas e instituições locais aumentam. (ROCHA e BURSZTYN, 2006, p. 01).

A priori, esse tem sido o mecanismo que obtêm resultados mais eficientes quando implantados de forma adequada, é uma das possíveis formas de programas de desenvolvimento regional. A maior parte dos países desenvolvidos tem implementado políticas de apoio ao desenvolvimento local, especialmente onde existem aglomerações de pequenas empresas. Os países aderiram à essas implantações ao perceberem que o desenvolvimento endógeno de um território tem levado ao desenvolvimento exógeno, ou seja, os agentes e atores de uma comunidade, município e/ou região desenvolvem suas atividades locais, aumentando a produtividade e tornando seus produtos mais competitivos para o mercado externo. Portanto, o Arranjo Produtivo Local (APL) tem sido muito pesquisado por apresentar vantagens competitivas. Cassiolato (2003, p.3) afirma que:

“Arranjos produtivos locais (APL's) são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais. Com foco em um conjunto específico de atividades econômicas- que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Envolve a participação e a interação de empresas que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços. Incluem também diversas organizações públicas e privadas voltadas para capacitação de recursos humanos, como escola técnicas e universidades”.

Além do mais, os Arranjos produtivos locais têm como objetivo criar uma interação e cooperação de aprendizagem entre os agentes e atores participantes, aumentando a capacidade inovativa endógena, diminuindo os custos, reduzindo o tempo de produção do determinado bem ou serviço, aumentando a competitividade, dinamizando o potencial inovativo e desenvolvendo o território local. Para Chiochetta (2005, p. 29) a origem dos APL's está na adoção de inovações para o processo organizacional, combinando as condições locais que podem criar novos paradigmas de produção e economia de escala superior as existentes.

Uma boa maneira para explicar melhor essa produção, são os produtores locais perceberem as potencialidades dos seus territórios e fazerem uma análise de alguns fatores endógenos que possam ser melhorados e aproveitados de maneira que aumentem suas produções sem que haja mais custos inseridos. As explorações das potencialidades locais elevam o desempenho das atividades e viabilizam a competitividade da economia local.

Buarque (2010, p.15) também complementa que: “Arranjos produtivos Locais (APL’s) significam a maneira como todos os agentes de determinadas cadeias produtivas se organizam e se inter-relacionam, inclusive com outras cadeias produtivas, em determinado espaço e território”. Os atores se relacionam, aprendem, trocam ideias de inovações, se adaptam e evoluem. Esses elementos têm participações essenciais no desenvolvimento de um APL.

Nos Arranjos Produtivos Locais existem uma diversidade de atores econômicos políticos e sociais, onde envolvem além de empresas que prestam serviços, as empresas públicas como associações e cooperativas e as empresas privadas, como por exemplo, bancos através de fomento, Universidades que desenvolvem pesquisas e o governo com programas de incentivo ao desenvolvimento. Para que um APL seja implantado e tenha desenvolvimento é necessário ter projetos políticos e econômicos e instituições que participem com P&D (Pesquisas e Desenvolvimento). Os APL’s são caracterizados pela dimensão territorial, diversidade de atores econômicos, políticos e sociais, conhecimentos tácitos, inovação e aprendizado e governança. Para definir melhor esses conceitos, utilizarmos como apoio Cassiolato (2003), onde afirma que: A Dimensão territorial define o espaço onde acontecem o processo de produção, de inovação e cooperação entre os agentes, que podem ser classificados como municípios, microrregiões e as regiões que formam o espaço físico ou organizacional. É a aproximação dos valores econômicos, sociais e culturais. Para compor o espaço territorial existem as Diversidades de atores econômicos, políticos e sociais – que é o envolvimento das empresas que vai desde as produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, empresas de pesquisas e desenvolvimento e órgãos de financiamentos de créditos. Para que o APL tenha seu desenvolvimento interno é necessário que sua matriz cultural seja mantida, então, os Conhecimentos tácitos são primordiais, eles apresentam forte especificidade local, decorrendo da proximidade do territorial de identidades culturais, sociais e empresariais. Isso facilita a organização e dificulta atores externos, tomando assim vantagem competitiva no mercado.

Quando se estuda um Sistema Produtivo Local, a principal preocupação está em procurar identificar os tipos de agentes envolvidos e compreender as leis e as propriedades constituídas nesse sistema. É importante também saber caracterizar um APL. Araújo (2010, p. 17) diz que um Arranjo produtivo Local deve ter a seguinte caracterização: “Ter um número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante e que compartilhem formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança”.

Ainda se tratando da essência do APL, ele pode ser dividido em quatro fases, que são: a **embrionária**, **crescimento de mercado**, **maturidade** e **pós maturidade**. Na fase *embrionária* - ainda não se tem uma atratividade de empresas, e a cooperação é baseada entre familiares; o *crescimento de mercado* - é onde inicia-se as inovações incrementais, onde a preocupação com a qualidade do bem ou serviço é tido como primordial, a produção aumenta, no entanto, as empresas passam a ter produções de escalas, há uma competitividade maior e uma concentração nos preços; na fase de *maturidade* - A competição aumenta, tendo como foco a qualidade do bem ou serviço, o design ou marca, existe uma cooperação maior ao longo de toda cadeia e as economias de escalas já não tem mais destaque; na quarta e última fase de um APL que é chamada de *pós-maturidade* a proximidade geográfica já não é essencial, o Arranjo pode ter proximidade organizacional o que não precisa necessariamente de uma proximidade física. Esses são, segundo a visão técnica de Cassiolato e Lastres (2003, p. 4-5), a concepção das características que fundamentam o conceito de Arranjo produtivo Local.

Inicialmente, os APL's atenderiam demandas do mercado interno e, ao evoluírem começariam a atender as demandas do mercado externo. A estratégia de competitividade das empresas envolvidas inicia-se com a competição por custos menores e evoluindo até chegar à uma produção de bens e/ou serviços de maior valor agregado. A agregação de valor num determinado produto e a inovação incremental faz com que ele se torne mais competitivo e ganhe mais espaço no mercado. Desta forma, o processo de evolução de um APL ocorre de acordo com as forças de sua implantação e o valor agregado empregado para atender as demandas diversificadas

A capacitação dos agentes e atores envolvidos em um Arranjo Produtivo Local é de suma importância para o aprimoramento e crescimento da produção.

“A capacitação permite-lhes desenvolver e reproduzir padrões produtivos e inovativos avançados, possibilitando o aprimoramento e crescimento de sua dotação de recursos tangíveis como equipamento, infraestrutura, e intangíveis como conhecimentos habilidades, competências e, deste modo, o aumento de sua competitividade”, conforme Lastres e Cassiolato (2004), apud Chiochetta (2005).

Capacitação e informação para Bastos e Bueno (2002) *apud* Chiochetta (2002), é um processo de informação que permeia pela cooperação, competência e comunicação que gera conhecimento e inovação. O SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), vem atualmente sendo um forte aliado ao incentivo e na formação de parcerias para os projetos de APL's. De acordo com estudos o SEBRAE (2004) conceitua APL como:

“Arranjos Produtivos Locais são aglomerados de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa”. (SEBRAE 2004, *apud* CHIOCHETTA 2005).

Desta forma, quando se trata de APL, é preciso considerar a existência de um aglomerado, as informações e o conhecimento devem ser tácitas ou explícitas. A cooperação entre os agentes resulta na diminuição de riscos, custos, tempo e principalmente no aprendizado interativo dinamizando o potencial inovativo do APL. Assim, tendo feito uma explanação dos conceitos de Arranjos produtivos Locais, mostraremos os conceitos de Clusters, que embora tenham certa semelhança com os APL's, os Clusters possuem características que diferem dos APL's, como exemplo, a concorrência existente entre as empresas e a ausência de atores externos.

Os **Clusters** são aglomerações territoriais de empresas com características similares, porém, não abrange atores externos como instituições de pesquisas e desenvolvimento. (CASSIOLATO, 2003, p. 10). Em algumas concepções os clusters é enfatizado mais pelo fator de concorrência do que mesmo pela de cooperação. Ao contrário do APL que têm a participação de atores externos e a presença constante da cooperação, nos clusters não tem a obrigatoriedade da existência de outros atores no arranjo, e existem também o fator concorrencial entre os componentes. Lopes e neto (1998, p.14) *apud* Araújo (2010, p. 14). afirma que:

“Clusters é um grupo econômico constituído por empresas instaladas em determinada região, líderes em seus ramos, apoiado por outras que fornecem

produtos e serviços, ambas sustentadas por organizações que oferecem profissionais qualificados, tecnologias de ponta, recursos financeiros, ambiente propício para negócios e infraestrutura física. Todas essas organizações interagem, ao proporcionarem umas às outras os produtos e serviços de que necessitam, estabelecendo, deste modo, relações que permitem produzir mais e melhor, a um custo menor. O processo torna as empresas mais competitivas”.

Na concepção de Michael Potter (1990), Cluster tem o seguinte conceito:

“ Verifica-se que, em todo o mundo, o êxito na competição não ocorre em casos singulares e isolados. Há algumas exceções, mas, normalmente, o êxito competitivo ocorre no que eu chamo de clusters: várias indústrias e empresas relacionadas, todas bem-sucedidas, atuando num mesmo local. Tenho em mente o caso da Itália, que lidera as exportações mundiais de calçados, e estes de alta qualidade. Porém, o que talvez muitos não saibam, é que a Itália também é líder mundial de muitos outros produtos relacionados com o calçado, como máquinas para fabricação de calçados, curtimento e tratamento de couros e serviços de design e criação de sapatos e acessórios. Estas indústrias se reforçam mutuamente. Conhecem-se umas às outras e dialogam constantemente entre si. Pressionam-se mutuamente e são invejosas umas das outras. E estão todas situadas na região Norte da Itália. De fato, elas fixam as tendências mundiais que são, depois, seguidas pela maior parte das indústrias de calçados de outros países. É isto que se precisa para ser competitivo, e estes clusters dão uma grande força. (CHIOCHETTA, 2005 apud PORTER, 1990).

O Cluster, segundo Andrieta (2004) *apud* Chiochetta (2005), inclui empresas de produtos ou serviços finais, fornecedores de produtos especializados, componentes, equipamentos e serviços. Também podem incluir distribuidores e clientes, fabricantes de produtos complementares, fornecedores de infraestrutura especializada, instituições governamentais e outras, dedicadas ao treinamento, educação, informação, pesquisa e suporte técnico. Para melhor entender o processo de inovação que ocorre tanto em empresas quanto em arranjos, logo a seguir serão apresentados conceitos de Arranjos Produtivos Inovativos Locais, que tornarão mais fácil o entendimento.

2.3 Arranjos Produtivos Inovativos Locais (APIL's)

Os Sistemas de Arranjos Produtivos Inovativos Locais (SAPIL's) devem buscar a inovação como um diferencial competitivo de suas atividades e considerar os investimentos necessários para sua implantação, através de recursos próprios ou de terceiros; sejam eles públicos ou privados.

Segundo Schumpeter (1988), “a inovação tecnológica cria uma ruptura no sistema econômico, tirando-a do estado de equilíbrio, alterando, desta forma, padrões de produção e criando diferenciação para as empresas”. Ela representa papel central na questão do desenvolvimento econômico regional de um país. O desenvolvimento tecnológico é primordial, sendo um referencial competitivo. Schumpeter associou a inovação com o tamanho da empresa, onde foi constatado que inovação cresce mais que proporcional ao tamanho da empresa, isso ocorre porque as grandes empresas possuem recursos para financiar e desenvolver atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O papel da inovação é entendido em suas dimensões como fator estratégico de sobrevivência da competitividade.

Diante disso, a inovação é tida como um processo que está cada vez mais interagindo, desde a fase de pesquisa básica até chegar as demais fases, como por exemplo a de comercialização e difusão. Uma das características do processo inovativo é a interação entre diversos departamentos que existem dentro de uma organização (produção, marketing, P&D, etc.). Essa interação entre os departamentos internos e externos passa a ser objeto fundamental para a geração de vantagens competitivas. O que torna a competitividade cada vez mais aliada à capacidade inovativa.

De acordo com Cassiolato e Szapiro (2002, p.10) podemos utilizar a noção de que inovação é “o processo pelo qual as empresas dominam e implementam o desenvolvimento e a produção de bens e serviços, que sejam novos para elas, independentemente do fato de serem novos para seus concorrentes- domésticos ou internacionais”. Já para Cassiolato e Lastres, a maneira como é introduzida a inovação, transforma ainda mais radicalmente o modo como o ser humano aprende, pesquisa, produz, trabalha, consome, se diverte e exerce a cidadania. (CASSIOLATO e LASTRES, 2003, p. 7).

A capacidade de criar e absorver inovações sejam incrementais ou radicais, é tida, portanto como uma forma estratégica para a competitividade dinâmica e sustentável. É uma maneira dos indivíduos, empresas e instituições enfrentarem os desafios. A inovação dá a oportunidade desses agentes aprenderem, acumularem e usarem todos os conhecimentos para se tornarem firmes e competitivos no mercado. Sendo assim, os APLs surgem como uma forma de organização necessária ao desenvolvimento.

Trazendo a discussão de inovação e tecnologia para o âmbito mais próximo vimos que, as grandes dificuldades encontradas no desenvolvimento e crescimento de empresas e instituições são: o baixo nível de escolaridade e a capacitação e qualificação de seus trabalhadores e cidadãos. Lastres e Cassiolato define Arranjos Produtivos Inovativos locais da seguinte forma:

“Dentro do referencial evolucionista, a RedeSist desenvolveu os conceitos de arranjo ou sistema produtivo e inovativo local, focalizando um conjunto específico de atividades econômicas que possibilite e privilegie a análise de interações, particularmente aquelas que levem à introdução de novos produtos e processos. Fundamentais para tais interações são as relações – técnicas e outras, formais e informais, entre os diferentes agentes visando adquirir, gerar e difundir conhecimentos. Tais arranjos comumente apresentam fortes vínculos envolvendo agentes localizados no mesmo território; por sua vez, as interações referem-se não apenas a empresas atuantes em diversos ramos de atividade e suas diversas formas de representação e associação (particularmente cooperativas), mas também a diversas outras instituições públicas e privadas”. (LASTRES e CASSIOLATO, 2003, p. 20).

Dentro de um APL, é fundamental que as atividades sejam desenvolvidas de forma que estimulem a empresa e/ou território a ser cada vez mais competitivo no mercado, seja ele interno ou externo. E para que haja essa competitividade é preciso manter-se sempre atualizado, obter conhecimentos e estar sempre inovando. No próximo tópico trataremos da importância dessas empresas e instituições para o fortalecimento de um APL. Seja através de instituições educacionais, empresas, governo ou por meio de associações e cooperativas.

2.4 O Aparato Institucional e o fortalecimento do APL.

O desenvolvimento de um APL depende de uma ação conjunta e organizada, estabelecida por diversos mecanismos. Os Arranjos Produtivos Locais estão inseridos num contexto econômico, político e institucional, do qual as políticas são um componente importante, porém, não exclusivo, existem diversos mecanismos que exercem papéis fundamentais dentro de um arranjo. A governança é a atuação conjunta de todos os atores que formam uma base institucional de um arranjo produtivo. “Ela é responsável pela coordenação e orientação dos diversos atores integrantes, que formam redes Inter organizacionais para a busca de melhores resultados dentro da atmosfera de um arranjo produtivo local” (TEIXEIRA e TEIXEIRA, 2011, P. 9, *apud* CARVALHO 2015).

A participação de todos os agentes em um APL é muito importante para o fortalecimento e desenvolvimento dele, não apenas do APL, mas também dos agentes que participam do ambiente local. As instituições educacionais têm um papel fundamental para o acompanhamento, orientação e disponibilização de conhecimentos e dados científicos que contribuem para um melhor desempenho nas mais diversas atividades de um APL. As empresas e o governo têm como objetivo ajudar a incentivar e fomentar esses arranjos produtivos para que eles se desenvolvam e aumentem as suas produtividades, bem como, à criação de projetos que visem o beneficiamento e a ampliação do APL, fazendo com que os custos possam se retrair e o produto ter uma melhor qualidade e uma produtividade maior, levando o arranjo a se tornar cada vez mais competitivo no mercado. Do mesmo modo que as cooperativas e associações podem contribuir com capacitações, programas de treinamentos e informações tácitas, para que haja dentro da organização mãos de obras qualificadas. No entanto, A coordenação (governança) entre entes públicos e privados é essencial para o desenvolvimento do arranjo produtivo e da manutenção de sua competitividade nos mercados, seja ele interno ou externo.

As parcerias formadas entre uma organização (APL) e os aparatos institucionais fazem com que o arranjo esteja fortemente equilibrado dentro do sistema concorrencial. Segundo Carvalho (2015, p. 13), existem dois fatores relevantes:

“Dois outros fatores são de grande relevância para determinar a capacidade local de exercer a governança que beneficie todo o arranjo. Um é a presença de instituições locais com representatividade política e envolvida com as atividades do arranjo produtivo. Outra, talvez a mais importante para potencializar as demais características, é o contexto sociocultural e político local, ou seja, a capacidade de coesão social, de interação e de solidariedade com as demandas dos demais agentes, o que permite o surgimento de lideranças que conduzem a trajetória do arranjo”.

Trazendo essa discussão para o âmbito Local, é possível identificar em Alagoas que existe dentro da implantação do Programa de Mobilização para o Desenvolvimento dos Arranjos e Territórios Produtivos do Estado, Política de Arranjos produtivos Locais (PAPL), uma presença institucional que torna os APLs mais fortes.

De acordo com informações apresentadas na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa Geográfica (Anpege,2015) cada APL possui um gestor credenciado pelo Sebrae-AL, tendo como parceiros, secretarias municipais, sindicatos, associações, cooperativas, agências de fomento à pesquisa, bancos públicos como Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco do

Brasil (BB), Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), organismos federais, tais como; Ministério da Indústria e do Comércio (MDIC), Companhia de Desenvolvimento dos vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Após ter feito uma explanação dos conceitos que serão utilizados no estudo, se faz necessário entender o fator que levou à criação do APL no estado de Alagoas. No caso de Alagoas, como mostrado a seguir, será tratado das políticas públicas utilizadas para a implementação e desenvolvimento de um APL, fazendo com que as atividades produtivas contribuam nas condições de vida da população.

2.5 O Surgimento da Implementação do APL em Alagoas

Alagoas sempre foi um estado com baixos índices de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), além disso o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apresenta números positivos, porém, os números ficam abaixo do desejado. O estado tem como atividades econômicas responsáveis pela geração de emprego e renda o setor sucroalcooleiro, a produção cloro-química e o setor de comércio e prestação de serviços. Portanto, parte do PIB do estado é composto pela receita gerada por essas atividades. O que se faz necessário pensar é: quais motivos fizeram com que o estado de Alagoas não acompanhasse o desenvolvimento econômico e social que se obteve regionalmente? Será a concentração produtiva? A dependência de setores com pouco valor adicionado? Esses são alguns questionamentos apresentados diante da real situação do estado.

De acordo com Rocha e Bursztyn (2006, p. 9) A realidade socioeconômica alagoana revela a necessidade de alterar as condições de concentração de conhecimento, poder e riquezas; de promover mudanças culturais, sociais, políticas e econômicas, ampliando a esfera pública para a transformação social mais justa das relações entre o Estado, o Mercado e a Sociedade. Ao observarmos as informações referentes aos indicadores, podemos confirmar tais fatos, onde se tratando de Renda o IDH'M do estado é de 0,641 de acordo com dados do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD, 2010). Enquanto, que o IDH'M da educação é de 0,52 ainda de acordo com o PNUD (2010). O PIB a preço de mercado

corrente de Alagoas entre os anos 2010-2013 foi de 37. 223 já o PIB per capita do estado nos mesmo período foi de 11. 277, segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Econômico.

A partir desses impasses que travam o crescimento econômico do estado, surgiu a ideia da implementação de uma política de Arranjos Produtivos Locais. Segundo Santos e Correa (2015, p. 3) a política de Arranjos Produtivos Locais (APLs) em Alagoas, foi institucionalizada como política de desenvolvimento econômico estadual a partir da implantação do Programa de Mobilização para o Desenvolvimento dos Arranjos e Territórios Produtivos do Estado, Política de Arranjos produtivos Locais (PAPL), efetivada em 2004.

Essa política surgiu como forma de tentar modernizar a economia do estado, focando a implantação nos municípios que já tinham atividades produtivas tradicionais e que apresentavam índices sociais e econômicos menores. Com parcerias de instituições públicas e privadas, a política de Arranjos Produtivos Locais tinha como foco principal aumentar a produtividade e promover a competitividade, o que possibilita o aumento do emprego e renda dos micros e pequenos empresários participantes. Favorecendo o desenvolvimento local e impulsionar ações que por si só não iriam avançar sem a existência de toda uma infraestrutura por trás disso.

Para a modernização da política implantada, ocorreram alguns entraves. Santos e Correa (2015) apontam que:

“Foram encontradas dificuldades políticas e sociais para romper com um modelo econômico baseado no monopólio da terra, organização preferencial da comercialização de certos produtos e o baixo nível econômico, educacional e sanitário de parte da sua população”. (SANTOS e CORREA, 2015, p. 4.)

Esses entraves dificultaram a modernização da região e por consequência, a do estado de Alagoas. Conforme Gomes (2014), a economia de Alagoas recentemente enfrenta um processo de “involução econômica”, em razão de fatores negativos, tais como: a perda de dinamismo econômico e investimentos no setor industrial. De acordo com Carvalho (2012), outro ponto negativo relaciona-se à dependência econômica de recursos provenientes do Governo Federal, através de programas de redistribuição de renda e assistência social, gerando uma espécie de “financiamento do desenvolvimento” com base em uma economia sem produção. Rocha e Bursztyjn (2006, p. 10) diz que, em suma, a economia alagoana

enfrenta um problema de crescimento econômico insuficiente. Além de um ritmo de crescimento inadequado para aliviar os graves problemas de desemprego, subemprego e de pobreza no estado, a economia de Alagoas se caracteriza igualmente por uma estrutura produtiva tradicional de baixo nível de competitividade.

Daí a importância e o surgimento da promoção e desenvolvimento dos agentes econômicos nos diversos municípios, assim como a necessidade de se criar uma política de apoio e incentivo a produtividade e competitividade de cada território, investindo no potencial de cada região e diversificando a economia, fazendo com que a participação no PIB seja significativa para o desenvolvimento do estado.

O governo viu no APL uma forma de tentar amenizar a desigualdade econômica do estado, no entanto, Alagoas vive num estado hierárquico, e para que um Arranjo Produtivo Local possa crescer e se desenvolver é necessário quebrar tabus, criar outra cultura que se adapte de acordo com o APL implantado. Além disso, são necessários investimentos por parte do governo federal e estadual, como também a participação de empresas sejam elas públicas ou privadas e instituições de Pesquisas e Desenvolvimento. Um tipo de APL que foi implantado visto como uma saída para a diversificação da economia no estado de Alagoas foi o de Apicultura, na produção de mel e seus derivados. Tendo como agentes principais as associações, cooperativas e atores das comunidades. A seguir será apresentado o conceito de Apicultura, e sua produtividade mundial, nacional, na região Nordeste e em Alagoas, que é o foco principal.

3 PRODUÇÃO DO MEL E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO.

Neste capítulo será discutido o conceito de Mel, bem como sua produção e sua participação no mercado interno e externo. Iremos também abordar de forma mais sucinta e abrangente o impacto que o APL causa na economia da região e conseqüentemente na participação da economia do país. No tópico 3.1 será apresentado a produção de mel no âmbito nacional, no segundo subtítulo será discutido o mercado de produção da apicultura no Brasil e no Nordeste. E por fim, traremos informações do que é produzido em Alagoas e no Sertão Alagoano.

3.1 Apicultura no mundo

A apicultura é uma atividade com muita importância para a alimentação e tem função terapêutica para a saúde. Dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2004) diz que a apicultura contribui para a manutenção da biodiversidade, e exige baixo investimento inicial, apresentando elevada rentabilidade e retorno a médio prazo.

De acordo com pesquisas realizadas, os principais países produtores de mel são: China, Estados Unidos, Argentina, Turquia e México. O mercado mundial de mel é muito concentrado, pesquisas desenvolvidas pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) (2008) mostram que os principais países importadores são: Alemanha, EUA e Japão. Ainda segundo a CODEVASF (2008) a Alemanha compra muito mel para reexportar e está se tornando um dos principais negociadoras do produto. Em 2004 o Brasil encontrava-se na décima quinta posição com 24.000 toneladas representando cerca de 1,88% da totalidade de produção mundial.

3.2 Apicultura no Brasil e Nordeste

A atividade apícola no Brasil teve início em 1839, quando foi trazida algumas espécies de abelhas (*Apis Mellifera*) de Portugal para o Rio de Janeiro. Posteriormente foram introduzidas outras raças da mesma espécie, principalmente nas regiões Sul e Sudeste. Em 1956 houve a introdução de outra espécie, a abelha africana (*Apis Mellifera Scutellata*). Foi com a chegada dessa nova espécie, e com a fuga delas do apiário, que a apicultura brasileira

tomou outros rumos, já pelo fato da abelha ser altamente agressiva. Essa fuga propiciou a possibilidade do cruzamento entre as duas espécies, o que proporcionou a abelha ser chamada de abelha africanizada. Mais adaptadas ao clima tropical do que as abelhas originárias europeias, a agressividade dessas abelhas causou problemas, o que ocasionou muitos apicultores abandonarem a atividade apícola. Somente com o desenvolvimento de técnicas apropriadas, após os anos 70, a apicultura começou a expandir-se principalmente para regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste. (SEBRAE, 2014).

O mel sempre foi considerado um produto especial utilizado pelo homem desde os tempos mais remotos. Evidências de seu uso pelos humanos aparecem desde a pré-história, com inúmeras referências em pinturas rupestres e em manuscritos do Antigo Egito, Grécia e Roma. Sendo também um excelente adoçante natural, encontrado em abundância na natureza e que somente as abelhas são capazes de produzi-lo (EMBRAPA, 2006).

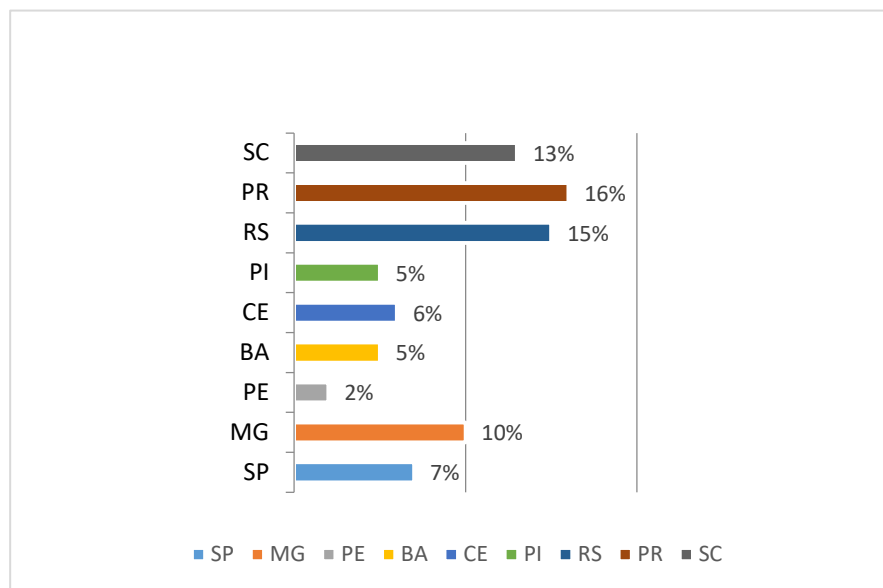
O mel é uma substância que vem sendo utilizada pelo homem como alimento. É um produto natural elaborado pelas abelhas a partir do néctar das flores ou de exsudações sacarínicas de outras partes vivas das plantas, que são coletadas e transformadas através da evaporação da água e da adição de enzimas, com propriedades nutritivas e terapêuticas (LENGLER, 2007).

Schause (1998), afirma que o mel comparado a outros tipos de produtos apícolas é o mais conhecido pela população, pois já se produz e se consome há muito tempo, sendo o produto da colmeia de mais fácil obtenção. Porém, o apicultor deve ter o máximo de cuidado para manter a composição original inalterada evitando-se, portanto, a contaminação por resíduos. A biodiversidade e a riqueza natural do Brasil como as características especiais da flora e o clima estão refletidas na apicultura nacional. Assim, a grande diversidade de floras silvestres dá ao país vantagens em relação aos seus concorrentes, e é por isso que o Brasil oferece uma diversidade de produtos. De acordo com a Confederação Brasileira de Apicultura (CBA) a produção apícola nacional triplicou nos últimos anos e hoje, com 40.000 toneladas anuais, o Brasil é o 11º produtor no ranking mundial.

“A cadeia produtiva envolve mais de 350 mil apicultores, além de gerar 450 mil ocupações no campo e 16 mil empregos diretos no setor industrial. O país também conquistou posição de destaque no mercado externo, já é o 5º maior exportador, passando de 269 toneladas de mel exportadas em 2000, para 21 mil toneladas em 2005”. (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE APICULTURA, 2014).

A região Sul Brasileira tem a principal fonte de produção de mel no país, segundo Neto e Neto (2005) estudos realizados em 2003 apontam que a região Sul produziu 51,15% de mel, enquanto que a região nordeste vem na segunda posição da produção do referido ano. Os estados que aparecem com maior produção de mel da região Sul são: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande Sul. Assim como os maiores produtores da região nordeste são: Piauí, Ceará, Bahia e Pernambuco. Dados de 2014 nos mostra o percentual desses principais estados produtores de mel. É possível identificar isto no gráfico 1.

GRÁFICO 1 - Produção de mel nos estados brasileiros – 2



Fonte: IBGE, 2012.

De acordo com dados do gráfico do Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE, 2012), a região Sul concentra o maior percentual na produção do mel, em seguida vem o somatório dos estados do Nordeste e Sudeste, que representam 49%, 18% e 17% respectivamente. Isso demonstra que os 9 estados citados acima, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Ceará, Piauí, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, representam um percentual de 84% da produção total de mel no país.

Mesmo com a grande produção que o país tem, a cultura de consumo do produto ainda é inferior a outros países, o que faz com que uma grande parte do mel brasileiro hoje seja destinada à exportação, devido à alta demanda do produto e a valorização dos preços no mercado externo. O mercado apícola interno brasileiro ainda é baixo se comparado com outros países. A seguir, apresenta-se um comparativo da produtividade brasileira em relação a outros países produtores de mel:

QUADRO 1: Comparativo da Produtividade de Mel (2007)

Produtividade Média Anual	Brasil	EUA	México	Argentina	China
Kg/Colmeia/Mel	15	32	31	30 a 35	50 a 100

Fonte: SEBRAE, 2006 *apud* NETO, 2008.

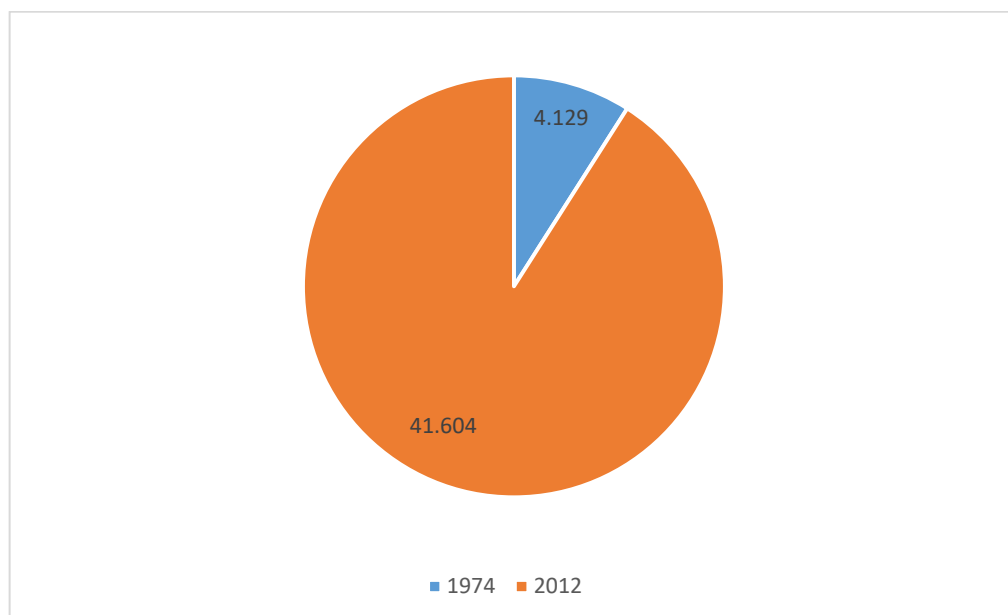
De acordo com dados do Sebrae (2006) apresentados na tabela 1, no referido ano o Brasil possuía uma baixa representatividade de produção de mel comparado com os demais países, isso se explica pela pouca utilização de recursos tecnológicos na produção.

O Brasil passou a exportar mel e própolis verde (alecrim), repercutindo positivamente na economia brasileira, fato que ocorreu devido à alta da demanda internacional do produto, e os preços favoráveis à exportação. De acordo com Andrade (2013, p. 56), essa evolução da apicultura brasileira só foi possível em virtude do apoio governamental, de entidades correlatas como o SEBRAE e outras, conduzindo para uma excelente organização de associativismo apícola e ainda prevendo aumentos na exportação. Nesse aspecto, o Brasil tende a tornar-se um dos mais importantes fornecedores mundiais de produtos apícolas e inclusive do mel orgânico.

Tratando do consumo do mel, o brasileiro consome em média 200g de mel por pessoa anualmente, enquanto a Alemanha consome 2,4kg de mel per capita anualmente, o que equivale a 12 vezes mais. Além disso, no Brasil a maioria dos apicultores possui em média menos de 100 colmeias que estão ligadas a cooperativas ou associações apícolas. Ainda segundo José Daniel Neto (2008, p.20), “estima-se que no Brasil 350 mil pessoas participam da cadeia produtiva, além de gerar 450 mil ocupações no campo e 16 mil empregos diretos no setor industrial”. Gonçalves (2000) argumenta que apesar do potencial apícola brasileiro ainda ser pouco explorado, a apicultura brasileira encontra-se em fase de ascensão, sendo hoje mais conhecida internacionalmente pelo domínio da metodologia de controle das abelhas africanizadas e pelo significativo crescimento da indústria apícola, que vem se destacando pela variabilidade, qualidade e aumento na produção. Além disso, outras descobertas apontaram para o avanço da apicultura, como a descoberta da própolis vermelha.

Ao se pensar em produção é possível avaliar o quanto essa atividade teve um crescimento significativo nos últimos quarenta anos, onde o setor progrediu mais de 10 vezes. O clima das regiões brasileiras e as tecnologias implantadas contribuíram para o aumento da produção. Veja no gráfico 2.

GRÁFICO 2 - A produção de mel no Brasil nos últimos 40 anos



Fonte: IBGE, 2012

O gráfico mostra claramente o crescimento exponencial que houve no setor apícola nos últimos quarenta anos, onde em 1974 tinha uma produção de 4.129 toneladas, passando para 41,604 toneladas, em 2012. Muitos aspectos devem ser considerados para o sucesso dos sistemas de produção apícola, a tecnologia por exemplo, que possui a capacidade de triplicar a produção do setor. Além da tecnologia, existem outras iniciativas importantes que ajudam a fortalecer o aumento da produção. Existe um tipo de estudo denominado por “apibotânico” capaz de identificar se as abelhas encontradas em determinados locais são do Litoral ou Sertão. Os conhecimentos do comportamento, bem como a saúde das abelhas, são importantes para adaptação das mesmas. É também extremamente relevante para avanços na ciência do setor apícola.

A região Nordeste tem um percentual significativo no que se refere a produção apícola. O estado do Piauí possui a maior cadeia produtiva apícola da Região Nordeste e a segunda maior do país. Segundo estudos realizados pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF, 2008), em 2005 foi produzido no Brasil cerca de 33 mil toneladas. O Nordeste foi responsável por aproximadamente 10 mil toneladas e o estado do Piauí foi responsável por 41% desse montante da região Nordeste. De acordo com o SEBRAE (2003), no referido ano o estado faturou 3,9 milhões de dólares com a exportação do mel. Ainda segundo a CODEVASF (2008), O Piauí destaca-se na produção de mel na região Nordeste porque possui condições agroecológicas privilegiadas para a produção de mel, por possuir grande diversidade de ecossistemas que vão desde regiões com características mais próximas da floresta amazônica até as caatingas da região semiárida, passando pelos cerrados, além das muitas áreas de transição. Esses aspectos têm feito com que o Piauí ocupe hoje a segunda posição no ranking dos maiores produtores do Brasil.

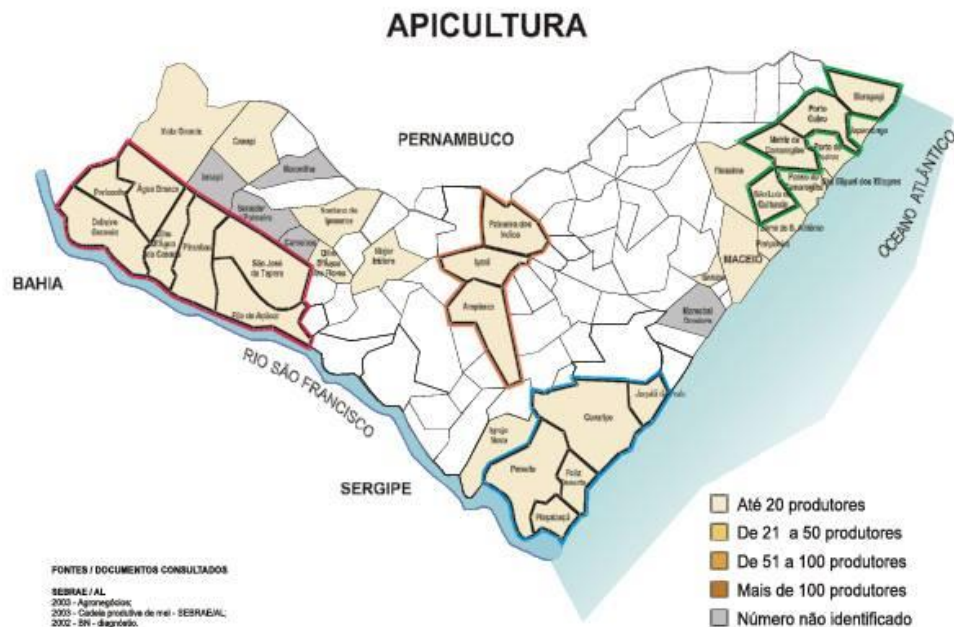
Mesmo tendo o ambiente propício, a produtividade brasileira ainda é baixa ao se comparar com a produção internacionalmente. Essa baixa produtividade se explica pela pouca utilização de recursos tecnológicos na produção. O Brasil é reconhecido hoje como controlador das abelhas africanizadas exatamente por ter um clima que favorece à criação das mesmas. Após a apresentação dos dados sobre a produção do mel nacionalmente e regionalmente, é notório a percepção de que a cultura de consumo do produto ainda é baixa se comparado com outros países. Com tudo, o país se torna mais exportador do que consumidor. Tendo a produção de mel no cenário nacional uma importância significativa no PIB, vamos apresentar no próximo subtítulo a produção e consumo do produto apícola no estado de Alagoas e no Sertão, nosso objetivo de pesquisa.

3.3 Apicultura em Alagoas

Estima-se que existam cerca de 700 apicultores com produção em evolução. Segundo dados apresentados, o estado produziu em 2001 21.200kg de mel, em 2004 116.098kg e em 2007 171.815kg (NETO, 2008, p.20). A apicultura é uma atividade recente em Alagoas. Caracteriza-se pela produção de pequenos apiários e um baixo manejo de enxames. Sendo, portanto, considerada uma atividade secundária e com dificuldades existentes na parte associativa dos produtores. Os estudos realizados para o desenvolvimento do setor apícola em Alagoas, levam em consideração os aspectos socioeconômicos e ambientais, tendo como ponto principal as características geográficas.

O que se observa é que a atividade apícola ocorre em diversas regiões do estado, com maior presença nos municípios destacados no mapa abaixo, onde se percebe delimitações de áreas específicas como territórios, dentre elas a região que abrange o território do APL Apicultura no Sertão Alagoano.

Figura 1 – Mapa da apicultura em Alagoas



Fonte: SEPLAN, SEBRAE-AL (2004).

A atividade no estado é recente, mas a partir de 2003 houve um aumento na produção, período esse que coincidiu com a criação de programas por parte do governo em parceria com o SEBRAE. No quadro abaixo é possível analisar anualmente este avanço.

QUADRO 2 - Evolução da Produção de Mel do Brasil e em Alagoas

ANO	BRASIL	ALAGOAS
1997	19.061.722	20.546
1998	18.308.489	11.839
1999	19.751.097	17.298
2000	21.865.144	13.941
2001	22.219.675	21.200
2002	24.028.652	14.513
2003	30.022.404	85.696
2004	32.290.462	116.098
2005	33.749.666	183.946
2006	36.193.868	163.885
2007	Não Obtido	171.815

Fonte: IBGE, 2008 *apud* NETO, 2008.

Analisando a produção de mel no Brasil e em Alagoas no período de 1997 a 2007, se observa que houve um salto significativo em Alagoas a partir de 2003. A atividade manteve um ritmo acelerado na produção até 2007, saindo de uma produção de 20.546 toneladas em 1997, para 171.815 toneladas em 2007. Em 10 anos o setor apícola conseguiu mostrar resultados positivos.

O Programa Arranjo Produtivo Local (PAPL) foi inserido no Sertão alagoano para fomentar o seu desenvolvimento. Ele tem o intuito de proporcionar uma melhora aos indicadores socioeconômicos, bem como desenvolver a região, o que aconteceu após a inclusão do PAPL, em 2004 (ANDRADE, 2013, p. 58). Foram criados APL's em diversos segmentos de produção, dentre eles a apicultura, que tem mostrado resultados positivos para o desenvolvimento regional. Essa atividade produtiva contou com programa de infraestrutura e criação de cooperativas para a contribuição do aumento na produção.

4 APL Mel do Sertão

Vale enfatizar as principais ações do PAMPL implementadas no Sertão alagoano, como: formação de uma cooperativa de apicultores (COOPEAPIS), a criação da marca “Mel do Sertão”, a implantação de agentes de desenvolvimento rural, capacitação técnica dos envolvidos e um projeto pioneiro de casa de mel e entreposto. Ademais, existe a Cooperativa de Mel (COOPMEL), sediada na cidade de Pão de Açúcar (ALAGOAS, 2004).

Nos Municípios de Água Branca, Pariconha, Olho D’água do Casado, Delmiro Gouveia, São José da Tapera, Pão de Açúcar, Palestina, Olho D’Água das Flores, Santana do Ipanema, Poço das Trincheiras, Senador Rui Palmeira e Piranhas, que se localizam no sertão alagoano e constituem um território de acordo com o SEBRAE-ALAGOAS, já que, apresentam características comuns, onde a apicultura é a atividade relativamente nova, mas que teve impulso nos últimos anos (NETO, 2008, p. 23). Abaixo alguns indicadores desse território.

TABELA 1 – Indicadores dos Municípios

Municípios	Área Km ²	População estimada (2016)	PIB per capita – reais.	IDH-M (2010)
Água Branca	468.846	20.422	5.172,73	0,549
Delmiro	626.690	52.306	9.370,73	0,612
Olho D’Água do Casado	321.430	9.381	5.656,37	0,525
Pão de Açúcar	693.692	24.834	6.797,12	0,593
Pariconha	254.097	10.674	4.599,29	0,548
Piranhas	410.111	25.130	5.686,71	0,589
São José da Tapera	494.498	32.455	6.374,49	0,527
Olho D’água das Flores	191.323	21.706	7.493,11	0,565
Palestina	38.206	5.036	5.433,29	0,558
Poço das Trincheiras	284.259	14.535	4.631,68	0,526
Santana do Ipanema	437.878	48.033	8.679,38	0,591
Senador Rui Palmeira	341.989	13.974	4.873,74	0,518

Fonte: IBGE, 2016

Na tabela acima vimos alguns dos principais indicadores dos municípios localizados no Sertão que fazem parte do território. A área territorial e cada município, a população estimada de 2016 de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) per capita em reais de cada município que faz parte do APL e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de todos eles. No próximo capítulo será apresentado dados da produção apícola no Sertão, bem como as parcerias feitas para o desenvolvimento do APL. A partir dos dados que serão apresentados logo mais, discutiremos a situação do projeto que incluirão os pontos positivos e negativos do “APL Mel do Sertão”.

Atualmente o APL de Apicultura tem um foco direcionado aos apicultores e produtores dos produtos apícolas. O APL abrange doze municípios do Sertão alagoano: Água Branca, Pariconha, Olho D’água do Casado, Delmiro Gouveia, São José da Tapera, Pão de Açúcar, Palestina, Olho D’Água das Flores, Santana do Ipanema, Poço das Trincheiras, Senador Rui Palmeira e Piranhas.

Em 2004, o Plano de Ação do APL de apicultura no sertão expõe o objetivo geral e quem são os beneficiários do APL Mel do Sertão.

FIGURA 2 - Logomarca do mel do APL de Apicultura no Sertão



Fonte: PAPL-AL, 2004.

Com a Criação da marca “Mel do Sertão” os produtos ganharam confiança e credibilidade no mercado e passaram a ter mais facilidades para serem comercializados, uma vez que inicialmente as dificuldades para o desenvolvimento da atividade apícola eram

maiores pelo fato das pessoas não acreditarem que a produção pudesse ser comercial e rentável, onde a prática era apenas de produção artesanal, para o próprio consumo.

4.1 Objetivo Geral do APL

O APL tem como objetivo, levar desenvolvimento para a região através da produção apícola. Inserir cada vez mais apicultores para o fortalecimento da produção e das cooperativas que fazem parte do arranjo.

“Desenvolver os apicultores do sertão alagoano, inserindo-os na cadeia produtiva da apicultura, através da criação e fortalecimento de suas organizações associativas e empresariais, do aumento de produção e agregação de valor do produto, com geração de atividades produtivas e renda, que proporcione bem-estar social, econômico e ambiental” (NETO,2008).

4.2 Organização do APL

O APL totaliza 250 produtores de forma direta, e atinge doze municípios da região do Sertão, que são coordenadas as ações através de:

- 03 cooperativas;
- 12 associações;
- 03 assentamentos

Os fatores que levaram a criação do APL Mel do Sertão foi o baixo desenvolvimento da região e o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios do Sertão. Considerou-se ainda que a região (sertão alagoano) tem uma vegetação de caatinga que é propícia para a produção apícola, sendo que essa prática produtiva requer baixo investimento e apresenta retorno financeiro a curto e médio prazo.

4.3 Perfil, Dados Quantitativos e Qualitativos das Cooperativas do APL Mel do Sertão.

Existem três Cooperativas que fazem parte do APL Mel Do Sertão: A Cooperativa de Mel (Coopmel), a Cooperativa de Apicultores (Coopeapis) e a Cooperativa dos Criadores dos Pequenos Animais de Santana do Ipanema (Copasil). Nas tabelas abaixo serão apresentados os perfis e os dados de cada cooperativa.

Como mostra a tabela abaixo, as três cooperativas que formam o APL Mel do Sertão foram criadas nos anos 2001, 2006 e 2007 respectivamente, tendo atualmente gestores com ensino superior à frente da administração, o que leva a ser um aspecto positivo para o desenvolvimento e fortalecimento de ambas. É um fato importante, uma vez que se mostram mais capazes em ir buscar conhecimentos, parcerias, seja com instituições financeiras, ou até mesmo com empresários de redes que demandam o produto.

TABELA 2 - Perfil das Cooperativas (2016)

	Início de Atuação	Tipo de agente	Cargo do Entrevistado	Escolaridade do gestor
Coopmel	2001	Cooperativa	Presidente	Superior
Coopeapis	2006	Cooperativa	Diretor financeiro	Superior
Copasil	2007	Cooperativa	Presidente	Superior

Fonte: Autor, 2017

De acordo com as informações cedidas pelos gestores de cada Cooperativa do APL Mel do Sertão, o principal produto produzido e comercializado do setor apícola é o mel. Alguns apicultores produzem a cera e o pólen, no entanto, muitas vezes para o seu próprio consumo. Segundo as entrevistas coletadas, os responsáveis pelas cooperativas disseram que a produção do mel caiu muito nos últimos quatro anos, e o fator principal que explica essa queda na produção do produto é a estiagem na região sertaneja. Segundo o Presidente da Coopmel, o Sr. Reginaldo Souza Lira, há quatro anos atrás a Cooperativa produzia em média 80 toneladas, e que por causa da seca a atividade foi perdendo vários enxames passando a produzir atualmente 6 toneladas. As demais Cooperativas sofrem com o mesmo problema causado pela escassez de chuva, onde as abelhas estão se alimentando do seu próprio mel pela falta de flora na região.

O número de apicultores do APL em 2004 era de 45, passou para 200 em 2007, e hoje possui 250 apicultores, contando com 122 pessoas ocupadas na atividade apícola. Segundo os gestores, as colmeias povoadas reduziram em 50% nesses quatro anos que estão sendo afetados pela seca. De acordo com os mesmos, existem algumas espécies de abelhas que não se adaptaram ao clima do sertão. A falta de chuva é o fenômeno principal para explicar essa redução.

TABELA 3 – Dados Quantitativos das Cooperativas (2016)

	Produto Comercializado	Quantidade de Apicultores	Pessoas Ocupadas	Quantidade de Colmeias	Produção de Mel (Kg)
Coopmel	Mel	182	30	1500 a 2000	6.000 kg
Coopeapis	Mel e cera	36	72	930	5.000 kg
Copasil	Mel	32	20	900	1.500 kg

Fonte: Autor, 2017

Atualmente a maior parte da comercialização do mel ocorre no mercado local para o consumidor final e no mercado de compras institucionais. Duas das três cooperativas (Coopmel e Coopeapis) fornecem o produto para prefeituras da região para compor a merenda escolar. A Coopmel além das prefeituras locais, tem parcerias com redes de supermercados na capital do estado, como supermercado das redes Uni Compra e Erva Doce Erva. Para os supermercados são fornecidos potes de 300g e 700g. Já para as prefeituras são fabricados mel em sachês de 10g. O presidente da Coopmel, o Sr. Reginaldo Souza Lira disse ainda que, em 2016, fechou parceria com prefeituras para o fornecimento de 32 toneladas. A direção da Copasil informou que comercializa o produto em baldes de 30kg para o comércio local.

TABELA 4 – Canais de Comercialização (2016)

	Locais	Regionais	Nacionais
Coopmel	Sim	Sim	Sim
Coopeapis	Sim	sim	—
Copasil	Sim	Sim	—

Fonte: Autor, 2017

Na produção de mel, define-se como Design a forma como o produto é apresentado, nesse caso, o mel pode se apresentar em duas versões: Clara ou escura, sendo a cor clara a mais exigida pelos consumidores. O Preço sem dúvidas influencia na quantidade que será demandada no mercado, a Qualidade do produto é demonstrada através do selo e/ou logomarca do APL, e o Prazo de entrega é fundamental para que haja uma credibilidade maior entre fornecedor e comprador.

Como apresentado na tabela, o fator “preço” foi tido como um aspecto muito importante nas três cooperativas, por ser produtos de cooperativas os fornecedores conseguem vender o produto por um preço abaixo do mercado, isso acarreta em demandas maiores. O designe, de acordo com o presidente Reginaldo, é um fator que diferencia o produto na

prateleira, de acordo com o mesmo, o consumidor prefere o mel que possua uma cor clara, mesmo que esse não tenha uma qualidade igual ao que possui a cor mais escura. Nesse caso a coloração é a atração para o consumidor final.

TABELA 5– Fatores que Diferenciam a Venda dos Produtos (2016)

	Preço	Qualidade	Design	Prazo de entrega
Coopmel	X	–	X	–
Coopeapis	X	X	X	X
Copasil	X	–	–	X

Fonte: Autor, 2017.

Todas as Cooperativas possuem iniciativas de qualificações para os apicultores. De acordo com os responsáveis, os cooperados participam de Cursos oferecidos pelo SEBRAE e outras entidades, participam também de Seminários, Congressos e sempre que tem a oportunidade, levam seus produtos para serem expostos em feiras, seja em eventos estaduais ou em outros estados. As cooperativas participam ainda de programas de apoio desenvolvidos por entidades e/ou instituições de apoio, tais como: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), CODEVASF e SEBRAE. Todas essas instituições contribuem para a capacitação e qualificação dos atores envolvidos, no planejamento e estratégias, e no fomento e fortalecimento do APL.

TABELA 6 – Realiza Atividades Para Qualificações (2016)

	SIM	Não
Coopmel	X	–
Coopeapis	X	–
Copasil	X	–

Fonte: Próprio Autor

4.4 Outros Fatores (Pontos Positivos e Negativos)

Através de informações fornecidas pelos próprios gestores de cada Cooperativa do APL Mel do Sertão, foi possível levantar alguns pontos que mostraram perspectivas positivas e negativas quanto a implantação do projeto.

Pontos Positivos

Segundo os entrevistados, é possível ressaltar como pontos positivos da implantação do APL fatores como: A existência da marca “Mel do Sertão”, uma vez que o produto passou a ganhar maior credibilidade e passou a ser reconhecido no mercado, produto com competitividade eficiente no mercado; por ser cooperativas conseguem ter custos menores em relação a outros produtores e fornecedores, o trabalho em cooperação; todos os atores envolvidos trabalham para um bem comum. Outro ponto positivo citado é que a distribuição de renda é igualitária para os apicultores, ou seja, quanto mais todos se empenham em produzir, maior será o retorno para todos os produtores, já que a demanda pelo produto tem aumentado cada vez mais. E por fim, todas as cooperativas apontaram a atividade apícola como rentável a curto e médio prazo. Segundo eles, essa rentabilidade se dá pelo baixo investimento na atividade, já que o fator que define o quanto será produzido é o clima da região.

Pontos Negativos

Quando perguntado os pontos negativos, as respostas vindas das cooperativas são basicamente as mesmas, onde estão ligadas ao fator Humano: A falta de participação dos associados com as atividades de qualificação e planejamento é um dos principais pontos negativos que, segundo os gestores, está presente no APL. De acordo com os mesmos, nem todos os associados participam de cursos e seminários quando são oferecidos, ou seja, não existe um comprometimento por parte deles em tentar se qualificar e obter índice de produção maior. A falta de interesse dos cooperados em desenvolver o produto faz com que muitas vezes eles produzam apenas para o próprio consumo. E por fim, é apresentado a falta de infraestrutura existente em torno das cooperativas que vem desde as associações e assentamentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação de um Arranjo produtivo Local garante a diversificação da economia e exploração das potencialidades de cada região. O APL é utilizado como ferramenta de desenvolvimento e crescimento socioeconômico, é através dele que é encontrado uma maneira de melhorar a capacidade e competitividade entre os agentes de um sistema que precisa desenvolver-se.

Nos Arranjos Produtivos Locais foi encontrado uma forma de desenvolver outras regiões para tornar competitiva e participativa no mercado. Em Alagoas, a economia sempre foi voltada basicamente para o segmento dos setores sucroalcooleiro e petroquímico, que ficam localizados nas regiões do Litoral e Zona da Mata do estado. Levando em consideração que o Produto Interno Bruto (PIB) do estado sempre foi composto por essas atividades citadas, encontrou-se como alternativa para dinamização da economia do estado, a criação de APL's que foram implantados de acordo com o potencial e clima de cada região. Esse processo alternativo de crescimento através da criação do APL ficou bastante explícito quanto ao sucesso da região do sertão com a cultura da produção de mel. Observando os dados coletados é notório a percepção de que nos primeiros anos da criação do APL, obteve-se uma produção significativa, o produto ganhou espaço no mercado, principalmente após a criação da marca "Mel do Sertão". E começou-se a produzir para o mercado externo, empresas e redes de supermercados da capital e de outros estados passou a demandar o produto.

Tanto a qualidade do produto, quanto o preço, são fatores que ajudaram nessa expansão. No entanto, isso se deu após a implementação do APL, onde os atores envolvidos puderam trabalhar em cooperação, ter acesso a capacitações e saber como manusear a produção, desde os enxames nas colmeias até o armazenamento do produto. Já que a informalidade é um impasse para qualquer tipo de crescimento, uma vez que não é necessário ter grau de escolaridade nenhum dos indivíduos que trabalham nesse tipo de atividade, a não ser os responsáveis pela parte administrativa. As parcerias formadas entre as cooperativas pertencentes ao APL e demais agentes do mercado, seja instituições de pesquisas, de capacitações ou de fomento, tem uma importância relevante para o crescimento e fortalecimento de um arranjo produtivo local.

Apesar das dificuldades encontradas no desenvolvimento do APL Mel do Sertão, e nos últimos quatro anos por conta da falta de chuva na região, foi identificado na implantação do arranjo produtivo local, o aprendizado por parte das pessoas envolvidas, a certeza de que o estado tem outros potenciais a serem explorados e que o desenvolvimento endógeno é a base para que se tenha um desenvolvimento exógeno, ou seja, trabalhar todas as regiões de um estado é essencial para que haja uma mudança positiva socioeconomicamente falando, onde o PIB não vai ser dependente de apenas um ou dois setores da economia do estado.

O APL Mel do Sertão foi criado para tentar obter um desenvolvimento local, explorar a região que favorece a produção e, entretanto, ofertar um produto que tem uma procura significativa por parte do consumidor final. O projeto gerou lucros para os produtores, já que o investimento é baixo, então, com a produção o retorno é a curto prazo, trouxe também maiores conhecimentos, através de palestras, oficinas e etc. uma vez que a maioria dos apicultores não tem uma formação acadêmica e não tinham acesso a essas informações.

Apesar da facilidade de implementação do APL na região que é bem favorecida, existem alguns entraves para que ele se desenvolva, uma vez que, apenas as instituições foram executadas, isso devido à falta de diálogos com os atores envolvidos, ou seja, existe uma dificuldade entre os responsáveis pelas Cooperativas e os apicultores em. Outro ponto a se destacar é que a gestão do APL fica a critério dessas Cooperativas, afinal, elas possuem contato direto com o gestor do APL, o que deixa os apicultores associados dependentes dos gestores das Cooperativas. Uma vez que, as Cooperativas conhecem os apicultores e as dificuldades enfrentadas por eles, já que, cada uma Cooperativa e cooperado possuem aspectos diferentes.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Eliane Ramos de. *A importância do arranjo produtivo local de Alagoas: Enfatizando o caso do arranjo produtivo da apicultura no sertão alagoano*. Chapecó, 2013.
- BARRE, Raymond. *Manual de Economia Política*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1957, pag. 25.
- BARROS, IZZABELE SOUZA, *O cenário do polo de confecções do agreste de Pernambuco* SENAC, Pernambuco, 2009.
- BUARQUE, SÉRGIO C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável: Metodologia de planejamento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 4º ed.
- CAMARGO, Ricardo Costa Rodrigues de. *Produção de mel*. Teresina: EMBRAPA, 2002.
- CARVALHO, C.P. *Economia popular, uma Via de Modernização para Alagoas*, 3º Ed. Editora edUFAL, 2008.
- CARVALHO, C. P. de. *Reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro de Alagoas*. 1990/2000. 3 ed. Maceió: Edufal. 2010.
- CARVALHO, Diogo Sá. *A governança do APL da saúde como potencializadora de inovações na perspectiva dos empresários*. Pelotas, 2015.
- CASSIOLATO, José Eduardo. *Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais*, SEBRAE, nov.2003.
- CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena M. M., *Arranjos e sistemas produtivos locais na indústria*, 2002.
- CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena M. M., *Novas políticas na era do conhecimento: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais*, Parcerias e estratégias, set. 2003.
- CASSIOLATO, José E.; SZAPIRO, Marina. *Arranjos e Sistemas produtivos Inovativos Locais no Brasil*, MPME, set. 2002.
- CHIOCHETTA, João Carlos. *Uma modelagem para implementação de um APL – Arranjo Produtivo Local – O caso do setor metal mecânico da região Sudoeste do estado do Paraná*, Ponta Grossa, 2005.
- EMBRAPA. Disponível em:
<<http://www.cpamn.embrapa.br/pesquisa/apicultura/mel/ind.ex.htm>>. Acesso em: outubro de 2016.
- ERBER, Fabio Stefano. *Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito*, Nova economia, Belo Horizonte. Abr. 2008.

FILHO, Jair do Amaral, *Sistemas de arranjos produtivos locais-SAPLs*, Fortaleza-Rio de Janeiro. RedeSist, out. 2009.

FILHO, Jair do Amaral. *Sistemas e arranjos produtivos locais*. PPP, Jan /jun.2011.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GOMES, F. G. *Ensaio sobre o subdesenvolvimento e a economia política contemporânea*. 1. ed. – São Paulo: Hucitec, 2014.

GONÇALVES, Anderson Tiago Peixoto; LEITE, Maria Silene Alexandre; SILVA, Ricardo Moreira da. *Um estudo preliminar sobre a definição e as diferenças dos principais tipos de arranjos empresariais*. Florianópolis, 2012.

GONÇALVES, L.S. *Perspectivas da exploração da apicultura com abelhas africanizadas no contexto apícola mundial*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE APICULTURA, 13., 2000, Florianópolis, SC. Anais ...

JOSÉ, Daniel Neto. *Apicultura como geração de renda e inserção social: análise do arranjo produtivo local no sertão alagoano*. Recife, 2008.

LASTRES, Helena M. M. CASSIOLATO, José Eduardo. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In.: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Orgs.) *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Instituto de Economia, 2003.

LENGLER, S. *Inspeção e Controle de Qualidade do Mel*. 2007. Disponível em: <http://www.sebraern.com.br/apicultura/pesquisas/inspecao_mel01>. Acessado em Outubro de 2016.

PNUD, *Catálogo de dados*. 2010. Disponível em: <<http://catalogo.seplande.al.gov.br/tag/PNUD>>. Acessado em fevereiro de 2017.

ROCHA, Juliana Dalboni; BURSZTYN, Marcel. *Território, saberes locais e sustentabilidade: A busca do desenvolvimento via arranjos produtivos locais*. Brasília, ANPPAS, Mai. 2006.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento incluyente, sustentável sustentado*. Rio de Janeiro: Garamong, 2008.

SAMUELSON, P. A. *Introdução à Análise Econômica*. Rio de Janeiro, AGIR, 1975, pag. 3.

SANTOS, Adriana B. A. dos; FAZION, Cintia B.; MEROE, Giuliano P. S. de. *Inovação: um estudo sobre a evolução do conceito de Schumpeter*, 2004.

SANTOS, Ezequias Francisco dos; CORREA, Domingos Sávio. *Análise da política de arranjos produtivos locais (APLs) implantadas em Alagoas*. Alagoas: enanpege, 2015.

SANTOS, SORAYA SANTANA DOS, Dissertação de Mestrado; Territórios Produtivos de Baixa Densidade Econômica; um modelo na Busca de Competitividade – o caso de alagoas, Recife, 2005.

SCHAUSE, L. P. Aspectos práticos da produção de veneno, pólen e cera: controle de qualidade do pólen. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE APICULTURA, 12, 1998. Salvador. **Anais...** Salvador: CBA/FAABA, 1998.

SEBRAE. Disponível em: <<http://www.apis.sebrae.com.br/aceso>> em novembro,2016.

SOUZA, José Edmundo Accioly de. *Agronegócios da apicultura: estudo da cadeia produtiva do mel em Alagoas*. Maceió,2006.

TORRES, Ricardo Lobato. *A “ inovação ” na teoria econômica: uma revisão*. UFRJ. (S.d).